

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

R\$ mil

ATIVO	Exercício 2012	Exercício 2011	PASSIVO	Exercício 2012	Exercício 2011
DISPONÍVEL	733	670	EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.691	2.576
			Gestão Previdencial (Nota 4.5)	3.133	2.236
REALIZÁVEL	880.888	813.347	Gestão Administrativa (Nota 4.6)	528	299
Gestão Previdencial (Nota 4.1)	10.492	17.919	Investimentos	30	41
Gestão Administrativa	480	441			
			EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.318	1.445
Investimentos (Nota 4.3)	869.916	794.987	Gestão Previdencial (Nota 4.7)	1.213	1.340
Títulos Públicos	257.674	234.134	Gestão Administrativa	105	105
Créditos Privados e Depósitos	276.665	379.666	PATRIMÔNIO SOCIAL	878.304	810.955
Ações	7.791	15.277	Patrimônio de Cobertura do Plano	793.164	734.689
Fundos de Investimento	256.754	107.611	Provisões Matemáticas (Nota 4.8)	729.966	684.026
Investimentos Imobiliários	39.067	31.550	Benefícios Concedidos	444.546	410.933
Empréstimos	31.670	26.749	Benefícios a Conceder	285.420	273.093
Outros Realizáveis	295	0,00	Equilíbrio Técnico (Nota 4.9.1)	63.198	50.663
			Resultados Realizados	63.198	50.663
PERMANENTE (Nota 4.4)	1.692	959	Superávit Técnico Acumulado	63.198	50.663
Imobilizado	1.572	786			
Intangível	120	173	Fundos	85.140	76.266
			Fundos Previdenciais (Nota 4.9.2)	81.702	74.220
			Fundos Administrativos (Nota 4.9.3)	3.242	1.934
			Fundos dos Investimentos (Nota 4.9.4)	196	112
				-	-
TOTAL DO ATIVO	883.313	814.976	TOTAL DO PASSIVO	883.313	814.976

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	78.576	72.772	7,98
Recebível	164	189	(13,23)
Investimento	78.412	72.583	8,03
Títulos Públicos	23.189	21.432	8,20
Créditos Privados e Depósitos	24.898	34.753	(28,36)
Ações	729	1.483	(50,84)
Fundos de Investimento	23.532	10.080	133,45
Investimentos Imobiliários	5.747	4.529	26,89
Empréstimos	286	301	(4,98)
Outros Realizáveis	31	5	520,00
2. Obrigações	570	495	15,15
Operacional	569	494	15,18
Contingencial	1	1	0,00
3. Fundos não Previdenciais	160	102	56,86
Fundos Administrativos	154	97	58,76
Fundos de Investimentos	6	5	20,00
4. Resultados a Realizar	0,00	0,00	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	77.846	72.175	7,86
Provisões Matemáticas	68.911	65.429	5,32
Superávit/Déficit Técnico	1.360	0,00	100,00
Fundos Previdenciais	7.575	6.746	12,29

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	148.912	140.346	6,10
Disponível	2	12	(83,33)
Recebível	889	808	10,02
Investimento	148.021	139.526	6,09
Títulos Públicos	41.069	39.301	4,50
Créditos Privados e Depósitos	44.096	63.729	(30,81)
Ações	1.310	2.576	(49,15)
Fundos de Investimento	41.982	18.096	132,00
Investimentos Imobiliários	9.398	7.411	26,81
Empréstimos	10.097	8.396	20,26
Outros Realizáveis	69	17	305,88
2. Obrigações	762	284	168,31
Operacional	735	258	184,88
Contingencial	27	26	3,85
3. Fundos não Previdenciais	560	306	83,01
Fundos Administrativos	520	298	74,50
Fundos de Investimentos	40	8	400,00
4. Resultados a Realizar	0,00	0,00	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	147.590	139.756	5,61
Provisões Matemáticas	139.753	133.001	5,08
Fundos Previdenciais	7.837	6.755	16,02

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	153.645	145.270	5,77
Recebível	179	133	34,59
Investimento	153.466	145.137	5,74
Títulos Públicos	46.634	43.438	7,36
Créditos Privados e Depósitos	50.071	70.438	(28,91)
Ações	1.457	2.927	(50,22)
Fundos de Investimento	47.198	20.217	133,46
Investimentos Imobiliários	6.111	6.254	(2,29)
Empréstimos	1.941	1.863	4,19
Outros Realizáveis	54	0,00	100,00
2. Obrigações	216	141	53,19
Operacional	216	141	53,19
3. Fundos não Previdenciais	126	85	48,24
Fundos Administrativos	125	77	62,34
Fundos de Investimentos	1	8	(87,50)
4. Resultados a Realizar	0,00	0,00	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	153.303	145.044	5,69
Provisões Matemáticas	100.567	98.921	1,66
Superávit/Déficit Técnico	29.143	24.730	17,84
Fundos Previdenciais	23.593	21.393	10,28

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	76.101	72.472	5,01
Recebível	162	449	(63,92)
Investimento	75.939	72.023	5,44
Títulos Públicos	23.007	21.516	6,93
Créditos Privados e Depósitos	24.703	34.890	(29,20)
Ações	725	1.464	(50,48)
Fundos de Investimento	23.374	10.054	132,48
Investimentos Imobiliários	3.082	3.154	(2,28)
Empréstimos	1.022	945	8,15
Outros Realizáveis	26	0,00	100,00
2. Obrigações	245	534	(54,12)
Operacional	125	97	28,87
Contingencial	120	437	(72,54)
3. Fundos não Previdenciais	137	83	65,06
Fundos Administrativos	133	83	60,24
Fundos de Investimentos	4	0,00	100,00
4. Resultados a Realizar	0,00	0,00	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	75.719	71.855	5,38
Provisões Matemáticas	53.235	51.446	3,48
Superávit/Déficit Técnico	14.664	12.862	14,01
Fundos Previdenciais	7.820	7.547	3,62

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	146.241	128.081	14,18
Recebível	836	734	13,90
Investimento	145.405	127.347	14,18
Títulos Públicos	42.704	36.545	16,85
Créditos Privados e Depósitos	45.852	59.261	(22,63)
Ações	1.210	2.302	(47,44)
Fundos de Investimento	41.292	16.570	149,20
Investimentos Imobiliários	4.519	4.624	(2,27)
Empréstimos	9.761	8.039	21,42
Outros Realizáveis	67	6	1.016,67
2. Obrigações	933	815	14,48
Operacional	61	58	5,17
Contingencial	872	757	15,19
3. Fundos não Previdenciais	545	348	56,61
Fundos Administrativos	441	270	63,33
Fundos de Investimentos	104	78	33,33
4. Resultados a Realizar	0,00	0,00	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	144.763	126.918	14,06
Provisões Matemáticas	120.298	105.040	14,53
Superávit/Déficit Técnico	15.968	10.989	45,31
Fundos Previdenciais	8.497	10.889	(21,97)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	49.463	46.812	5,66
Disponível	240	215	11,63
Recebível	2.951	5.187	(43,11)
Investimento	46.272	41.410	11,74
Títulos Públicos	14.066	12.624	11,42
Créditos Privados e Depósitos	15.102	20.471	(26,23)
Ações	423	836	(49,40)
Fundos de Investimento	13.980	5.836	139,55
Investimentos Imobiliários	2.234	1.221	82,96
Empréstimos	451	422	6,87
Outros Realizáveis	16	0,00	100,00
2. Obrigações	348	294	18,37
Operacional	348	294	18,37
3. Fundos não Previdenciais	67	43	55,81
Fundos Administrativos	61	38	60,53
Fundos de Investimentos	6	5	20,00
4. Resultados a Realizar	0,00	0,00	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	49.048	46.475	5,54
Provisões Matemáticas	43.169	42.490	1,60
Superávit/Déficit Técnico	1.570	0,00	100,00
Fundos Previdenciais	4.309	3.985	8,13

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	185.635	170.096	9,14
Disponível	474	431	9,98
Recebível	6.481	10.757	(39,75)
Investimento	178.680	158.908	12,44
Títulos Públicos	52.735	47.091	11,99
Créditos Privados e Depósitos	56.621	76.361	(25,85)
Ações	1.561	3.049	(48,80)
Fundos de Investimento	52.028	21.579	141,10
Investimentos Imobiliários	7.975	4.357	83,04
Empréstimos	7.694	6.465	19,01
Outros Realizáveis	66	6	1.000,00
2. Obrigações	923	743	24,23
Operacional	921	741	24,29
Contingencial	2	2	0,00
3. Fundos não Previdenciais	512	290	76,55
Fundos Administrativos	482	285	69,12
Fundos de Investimentos	30	5	500,00
4. Resultados a Realizar	0,00	0,00	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	184.200	169.063	8,95
Provisões Matemáticas	167.677	154.648	8,42
Fundos Previdenciais	16.523	14.415	14,62

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 20.060.066-65 - PL.BENEFÍCIOS R

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	44.418	38.875	14,26
Recebível	2.072	1.596	29,82
Investimento	42.346	37.279	13,59
Títulos Públicos	13.775	11.919	15,57
Créditos Privados e Depósitos	14.790	19.328	(23,48)
Ações	368	631	(41,68)
Fundos de Investimento	12.973	5.079	155,42
Empréstimos	418	318	31,45
Outros Realizáveis	22	4	450,00
2. Obrigações	692	464	49,14
Operacional	502	348	44,25
Contingencial	190	116	63,79
3. Fundos não Previdenciais	1.331	787	69,12
Fundos Administrativos	1.327	785	69,04
Fundos de Investimentos	4	2	100,00
4. Resultados a Realizar	0,00	0,00	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	42.395	37.624	12,68
Provisões Matemáticas	36.354	33.052	9,99
Superávit/Déficit Técnico	493	2.081	(76,31)
Fundos Previdenciais	5.548	2.491	122,72

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	72.174	67.884	6,32
	1. Adições	10.528	8.937	17,80
(+)	Contribuições	384	862	(55,45)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.144	8.075	25,62
	2. Destinações	(4.856)	(4.647)	4,50
(-)	Benefícios	(4.673)	(4.630)	0,93
(-)	Custeio Administrativo	(183)	(17)	976,47
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.672	4.290	32,21
(+)	Provisões Matemáticas	3.482	4.149	(16,08)
(+)	Fundos Previdenciais	829	141	487,94
(+)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.360	0,00	100,00
	4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	77.846	72.174	7,86
	C) Fundos não previdenciais	160	102	56,86
(+)	Fundos Administrativos	154	97	58,76
(+)	Fundos dos Investimentos	6	5	20,00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	139.755	123.965	12,74
	1. Adições	25.513	21.879	16,61
(+)	Contribuições	6.380	6.724	(5,12)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	19.133	15.155	26,25
	2. Destinações	(17.679)	(6.089)	190,34
(-)	Benefícios	(16.987)	(5.425)	213,12
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1)	(21)	(95,24)
(-)	Custeio Administrativo	(691)	(643)	7,47
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	7.834	15.790	(50,39)
(+)	Provisões Matemáticas	6.752	15.059	(55,16)
(+)	Fundos Previdenciais	1.082	731	48,02
	4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	147.589	139.755	5,61
	C) Fundos não previdenciais	561	306	83,33
(+)	Fundos Administrativos	521	298	74,83
(+)	Fundos dos Investimentos	40	8	400,00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	145.044	136.243	6,46
	1. Adições	18.243	18.093	0,83
(+)	Contribuições	409	890	(54,04)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.834	17.203	3,67
	2. Destinações	(9.984)	(9.292)	7,45
(-)	Benefícios	(9.785)	(9.292)	5,31
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1)	0,00	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(198)	0,00	100,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	8.259	8.801	(6,16)
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.646	3.429	(52,00)
(+/-)	Fundos Previdenciais	2.201	4.515	(51,25)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	4.412	857	414,82
	4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	153.303	145.044	5,69
	C) Fundos não previdenciais	126	85	48,24
(+/-)	Fundos Administrativos	125	77	62,34
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1	8	(87,50)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	71.854	68.071	5,56
	1. Adições	8.981	8.711	3,10
(+)	Contribuições	198	173	14,45
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.783	8.538	2,87
	2. Destinações	(5.116)	(4.927)	3,84
(-)	Benefícios	(4.935)	(4.678)	5,49
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(23)	(243)	(90,53)
(-)	Custeio Administrativo	(158)	(6)	2.533,33
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.865	3.784	2,14
(+)	Provisões Matemáticas	1.790	3.078	(41,85)
(+/-)	Fundos Previdenciais	273	(63)	333,33
(+)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.802	769	134,33
	4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	75.719	71.855	5,38
	C) Fundos não previdenciais	137	83	65,06
(+)	Fundos Administrativos	133	83	60,24
(+)	Fundos dos Investimentos	4	0,00	100,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	126.918	110.795	14,55
	1. Adições	21.617	19.728	9,58
(+)	Contribuições	5.551	5.380	3,18
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.066	14.348	11,97
	2. Destinações	(3.772)	(3.605)	4,63
(-)	Benefícios	(3.136)	(3.041)	3,12
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(115)	(96)	19,79
(-)	Custeio Administrativo	(521)	(468)	11,32
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	17.845	16.123	10,68
(+)	Provisões Matemáticas	15.259	13.960	9,31
(+/-)	Fundos Previdenciais	(2.392)	1.540	55,32
(+)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	4.978	623	699,04
	4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	144.763	126.918	14,06
	C) Fundos não previdenciais	545	348	56,61
(+)	Fundos Administrativos	441	270	63,33
(+)	Fundos dos Investimentos	104	78	33,33

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	46.475	45.166	2,90
	1. Adições	6.776	5.232	29,51
(+)	Contribuições	608	898	(32,29)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.168	4.334	42,32
	2. Destinações	(4.203)	(3.923)	7,14
(-)	Benefícios	(4.115)	(3.921)	4,95
(-)	Custeio Administrativo	(88)	(2)	4.300,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.573	1.309	96,56
(+)	Provisões Matemáticas	678	1.481	(54,22)
(+/-)	Fundos Previdenciais	325	(172)	88,95
(+)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.570	0,00	100,00
	4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	49.048	46.475	5,54
	C) Fundos não previdenciais	67	43	55,81
(+)	Fundos Administrativos	61	38	60,53
(+)	Fundos dos Investimentos	6	5	20,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	169.063	157.615	7,26
	1. Adições	27.881	21.090	32,20
(+)	Contribuições	4.603	4.636	(0,71)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.278	16.454	41,47
	2. Destinações	(12.744)	(9.642)	32,17
(-)	Benefícios	(12.173)	(9.265)	31,39
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	0,00	(3)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(571)	(374)	52,67
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	15.137	11.448	32,22
(+)	Provisões Matemáticas	13.030	10.299	26,52
(+)	Fundos Previdenciais	2.107	1.149	83,38
	4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	184.200	169.063	8,95
	C) Fundos não previdenciais	512	290	76,55
(+)	Fundos Administrativos	482	285	69,12
(+)	Fundos dos Investimentos	30	5	500,00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 20.060.066-65 - PL.BENEFICIOS R

		R\$ mil		
DESCRIÇÃO		Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	37.624	32.712	15,02
	1. Adições	10.983	10.241	7,25
(+)	Contribuições	7.184	7.063	1,71
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.799	3.178	19,54
	2. Destinações	(6.211)	(5.329)	16,55
(-)	Benefícios	(4.464)	(3.722)	19,94
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(74)	(116)	(36,21)
(-)	Custeio Administrativo	(1.673)	(1.491)	12,21
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.772	4.912	(2,85)
(+)	Provisões Matemáticas	3.303	5.631	(41,34)
(+/-)	Fundos Previdenciais	3.057	(1.854)	64,89
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.588)	1.135	39,91
	4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	42.396	37.624	12,68
	C) Fundos não previdenciais	1.331	787	69,12
(+)	Fundos Administrativos	1.327	785	69,04
(+)	Fundos dos Investimentos	4	2	100,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	810.955	743.979	9,00
	1. Adições	134.256	115.927	15,81
(+)	Contribuições Previdenciais	21.233	23.625	(10,12)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	105.207	87.285	20,53
(+)	Receitas Administrativas	7.584	4.924	54,02
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	148	66	124,24
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	84	27	211,11
	2. Destinações	(66.907)	(48.951)	36,68
(-)	Benefícios	(60.271)	(43.974)	37,06
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(213)	(479)	(55,53)
(-)	Despesas Administrativas	(6.423)	(4.498)	42,80
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	67.349	66.976	0,56
(+)	Provisões Matemáticas	45.940	57.086	(19,52)
(+)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	12.535	3.385	270,31
(+)	Fundos Previdenciais	7.482	5.987	24,97
(+)	Fundos Administrativos	1.308	491	166,40
(+)	Fundos dos Investimentos	84	27	211,11
	4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	878.304	810.955	8,30

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.934	1.443	34,03
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.731	4.990	54,93
1.1. Receitas	7.731	4.990	54,93
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.085	3.003	36,03
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.633	1.853	42,09
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	39	44	(11,36)
Resultado Positivo dos Investimentos	147	66	122,73
Outras Receitas	827	24	3.345,83
2. Despesas Administrativas	(6.423)	(4.499)	42,77
2.1. Administração Previdencial	(3.574)	(2.536)	40,93
Pessoal e encargos	(2.149)	(1.273)	68,81
Treinamentos/congressos e seminários	(9)	(13)	(30,77)
Viagens e estadias	(31)	(23)	34,78
Serviços de terceiros	(583)	(566)	3,00
Despesas gerais	(683)	(585)	16,75
Depreciações e amortizações	(71)	(76)	(6,58)
Outras Despesas	(48)	0,00	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	(2.849)	(1.963)	45,13
Pessoal e encargos	(1.557)	(832)	87,14
Treinamentos/congressos e seminários	(7)	(8)	(12,50)
Viagens e estadias	(22)	(15)	46,67
Serviços de terceiros	(533)	(540)	(1,30)
Despesas gerais	(643)	(518)	24,13
Depreciações e amortizações	(52)	(50)	4,00
Outras Despesas	(35)	0,00	100,00
3. Resultado Negativados Investimentos	0,00	0,00	0,00
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.308	491	166,40
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.308	491	166,40
6. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	3.242	1.934	67,63

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

R\$ mil			
DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	70.272	65.429	7,40
1. Provisões Matemáticas	68.912	65.429	5,32
1.1. Benefícios Concedidos	50.732	49.255	3,00
Benefício Definido	50.732	49.255	3,00
1.2. Benefício a Conceder	18.180	16.174	12,40
Benefício Definido	18.180	16.174	12,40
2. Equilíbrio Técnico	1.360	0,00	100,00
2.1. Resultados Realizados	1.360	0,00	100,00
Superávit técnico acumulado	1.360	0,00	100,00
Reserva de contingência	1.360	0,00	100,00

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	139.753	133.001	5,08
- 1. Provisões Matemáticas	139.753	133.001	5,08
- 1.1. Benefícios Concedidos	46.475	29.721	56,37
Contribuição Definida	9.022	1.549	482,44
Benefício Definido	37.453	28.172	32,94
1.2. Benefício a Conceder	93.278	103.280	(9,68)
Contribuição Definida	93.278	103.280	(9,68)
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	5.640	5.511	2,34
Saldo de contas - parcela participantes	87.638	97.769	(10,36)
2. Equilíbrio Técnico	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	129.710	123.651	4,90
1. Provisões Matemáticas	100.567	98.921	1,66
1.1. Benefícios Concedidos	100.567	98.921	1,66
Benefício Definido	100.567	98.921	1,66
2. Equilíbrio Técnico	29.143	24.730	17,84
2.1. Resultados Realizados	29.143	24.730	17,84
Superávit técnico acumulado	29.143	24.730	17,84
Reserva de contingência	25.142	24.730	1,67
Reserva para revisão de plano	4.001	0,00	100,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	67.899	64.307	5,59
1. Provisões Matemáticas	53.235	51.446	3,48
1.1. Benefícios Concedidos	49.368	48.111	2,61
Benefício Definido	49.368	48.111	2,61
1.2. Benefício a Conceder	3.867	3.335	15,95
Benefício Definido	3.867	3.335	15,95
2. Equilíbrio Técnico	14.664	12.861	14,02
2.1. Resultados Realizados	14.664	12.861	14,02
Superávit técnico acumulado	14.664	12.861	14,02
Reserva de contingência	13.309	12.861	3,48
Reserva para revisão de plano	1.355	0,00	100,00

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	136.266	116.029	17,44
- 1. Provisões Matemáticas	120.298	105.040	14,53
- 1.1. Benefícios Concedidos	10.405	9.149	13,73
Contribuição Definida	3.367	2.327	44,69
Benefício Definido	7.038	6.822	3,17
1.2. Benefício a Conceder	109.893	95.891	14,60
Contribuição Definida	109.893	95.891	14,60
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	6.424	5.537	16,02
Saldo de contas - parcela participantes	103.469	90.354	14,52
2. Equilíbrio Técnico	15.968	10.989	45,31
2.1. Resultados Realizados	15.968	10.989	45,31
Superávit técnico acumulado	15.968	10.989	45,31
Reserva de contingência	1.760	1.705	3,23
Reserva para revisão de plano	14.208	9.284	53,04

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	44.739	42.490	5,29
1. Provisões Matemáticas	43.169	42.490	1,60
1.1. Benefícios Concedidos	42.185	40.821	3,34
Benefício Definido	42.185	40.821	3,34
1.2. Benefícios a Conceder	984	1.669	(41,04)
Benefício Definido	984	1.669	(41,04)
2. Equilíbrio Técnico	1.570	0,00	100,00
2.1. Resultados Realizados	1.570	0,00	100,00
Superávit técnico acumulado	1.570	0,00	100,00
Reserva de contingência	1.570	0,00	100,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	167.677	154.648	8,42
1. Provisões Matemáticas	167.677	154.648	8,42
1.1. Benefícios Concedidos	108.458	101.903	6,43
Contribuição Definida	6.829	4.217	61,94
Benefício Definido	101.629	97.686	4,04
1.2. Benefício a Conceder	59.219	52.745	12,27
Contribuição Definida	59.219	52.745	12,27
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	3.336	2.789	19,61
Saldo de contas - parcela participantes	55.883	49.956	11,86
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	0,00	0,00	0,00
2. Equilíbrio Técnico	0,00	0,00	0,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EMPRESA: 04131 - REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
CNPB: 20.060.066-65 - PL.BENEFÍCIOS R

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	36.848	35.132	4,88
1. Provisões Matemáticas	36.355	33.051	10,00
1.1. Benefícios Concedidos	36.355	33.051	10,00
Benefício Definido	36.355	33.051	10,00
2. Equilíbrio Técnico	493	2.081	(76,31)
2.1. Resultados Realizados	493	2.081	(76,31)
Superávit técnico acumulado	493	2.081	(76,31)
Reserva de contingência	493	2.081	(76,31)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de R\$)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Características e Finalidades

A **REDEPREV** - Fundação Rede de Previdência (“Fundação” ou “REDEPREV”) é uma sociedade jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, enquadrando-se como Entidade Fechada de Previdência Complementar, com funcionamento autorizado através da Portaria nº. 47, de 24 de Outubro de 2003 do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar, iniciando suas atividades em **02 de Fevereiro de 2004**, conforme Portaria nº. 67 de 03 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2003 e republicada com retificação, em 11 de Dezembro de 2003.

Foi instituída pela fusão de 3 fundações, absorvendo todos os bens, direitos e obrigações, são elas: a Fundação Grão Pará de Previdência e Assistência Social - **FUNGRAPA**; Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT - **PREVIMAT**; Fundação Rede de Seguridade - **FUNREDE**; e tem como patrocinadora as seguintes empresas:

- Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA;
- Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT;
- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A.- ENERSUL;
- Empresa Elétrica Bragantina S.A.;
- Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.;
- Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.;
- Companhia Nacional de Energia Elétrica;
- Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;
- Companhia Força e Luz do Oeste;
- CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.;
- Companhia Técnica de Comercialização de Energia;
- Rede Power do Brasil S.A.;
- Tocantins Energética S.A.;
- ELUCID Solutions S.A. (Em processo de retirada de patrocínio);
- Rede Energia S/A;
- DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A.;
- BBPM Participações S.A.
- REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Na forma das suas disposições estatutárias e regulamentares a Fundação tem por finalidade principal: instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados e dirigentes das Patrocinadoras e da própria Fundação, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais, conforme disposto no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e na legislação vigente.

Para a consecução de seus objetivos, a Fundação obtém recursos de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dos seus recursos garantidores em investimentos. É regida pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Por decorrência, obedece às normas baixadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar e às Resoluções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A REDEPREV administra atualmente 8 (oito) planos de benefícios previdenciais sendo 5 (cinco) planos estruturados na modalidade de Benefício Definido e 3 (três) planos de Contribuição Variável, conforme enquadramento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, cujo custeio é estabelecido anualmente pelo atuário com base na Avaliação Atuarial.

A REDEPREV possuía em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as seguintes quantidades de participantes:

PLANOS	31/12/2012	31/12/2011
ELÉTRICAS BDI	370	372
Ativos	21	24
Assistidos	232	236
Beneficiários (Pensionistas)	112	110
Autopatrocinaados	3	2
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	2	0
ELÉTRICAS OP	3.016	2.898
Ativos	2.928	2.812
Assistidos	50	42
Beneficiários (Pensionistas)	1	1
Autopatrocinaados	17	22
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	20	21
CELPA BDI	305	309
Ativos	0	0
Assistidos	261	270
Beneficiários (Pensionistas)	44	39
Autopatrocinaados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CELPA BDII	330	330
Ativos	13	13
Assistidos	170	179
Beneficiários (Pensionistas)	147	138
Autopatrocinaados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CELPA OP	2.165	2.187
Ativos	2.112	2.141
Assistidos	32	30
Beneficiários (Pensionistas)	1	0
Autopatrocinaados	3	3
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	17	13
CEMAT BDI	147	149
Ativos	3	4
Assistidos	92	96
Beneficiários (Pensionistas)	52	49
Autopatrocinaados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CEMAT OP	2.358	2.252
Ativos	2.014	1.911
Assistidos	289	284
Beneficiários (Pensionistas)	40	37
Autopatrocinaados	11	14
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	4	6
TOTAL DE PARTICIPANTES	8.691	8.497

A inscrição nos Planos OPTATIVOS (OP's) ocorre de forma indissociável ao Plano de RISCO, consequentemente, todos os participantes inscritos nos respectivos planos OP's, ficam automaticamente cobertos pelos benefícios de RISCO.

PLANO DE RISCO	6.901	7.028
Ativos	6.750	6.877
Assistidos	70	67
Beneficiários (Pensionistas)	50	44
Autopatrocinados	31	40

1.1 Informações sobre Intervenção no Grupo Rede (Patrocinadoras da Redeprev)

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou em 31 de agosto de 2012, intervenção em oito das nove distribuidoras de energia elétrica, patrocinadoras da Redeprev: Centrais Elétricas Matogrossenses- Cemat, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - Celtins, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul, Companhia Força e Luz do Oeste, Caiuá Distribuição de Energia S/A. , Empresa Elétrica Bragantina S/A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A. e Companhia Nacional de Energia Elétrica. No entanto até o encerramento do exercício de 2012, não houve interrupção ou atraso no repasse das contribuições e outros créditos devidos pelas mesmas, ou descontadas de seus colaboradores.

1.2 Informações sobre Recuperação Judicial

a) Centrais Elétricas do Pará S.A. –CELPA

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial” (“CELPA”), uma das patrocinadoras da Fundação, teve o processo de Recuperação Judicial deferido em 29 de fevereiro de 2012. A REDEPREV, protocolou em 23 de março de 2012, o processo de reconhecimento dos créditos devido pela Patrocinadora CELPA, referente as contribuições e aluguéis do mês de competência de fevereiro de 2012, onde a REDEPREV é credora em R\$ 475 (Quatrocentos e setenta e cinco mil reais).

A justiça do Pará homologou o plano de recuperação da CELPA, após a assembleia geral de credores da distribuidora de energia paraense. A CELPA, tinha dívidas de até R\$ 3,4 milhões(Três bilhões e quatrocentos milhões de reais).

A Aneel aprovou o plano de transição apresentado pela Equatorial Energia S/A. (Equatorial) para a aquisição da CELPA. A Equatorial assumiu o controle acionário da CELPA no início de novembro de 2012.

b) REDE ENERGIA

Após a intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nas distribuidoras de energia elétrica controladas pela **holding** REDE Energia S/A, ocorrida no mês de agosto de 2012, a REDE e demais controladas apresentaram pedido de recuperação judicial em dezembro de 2012, como tentativa de solução para a insolvência. Até o presente momento, não foi apresentado o plano de pagamento da dívida junto aos credores.

1.3 Informações sobre Retirada de Patrocínio ELUCID Solutions

A Elucid Solutions S.A. protocolou em 28 de maio de 2012, carta solicitando a retirada de patrocínio e cancelando os Termos de Adesão aos planos: Elétricas BDI, Elétricas OP e Plano de Benefícios de Risco a partir de 31/05/2012. A referida solicitação foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da RedePrev, conforme Ata de Reunião Extraordinária de nº 70ª. O processo de retirada encontra-se na PREVIC aguardando homologação por parte do órgão. A retirada de patrocínio não produzirá nenhum impacto nas reservas técnicas, fundos e provisões constituídos no âmbito da RedePrev, em conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão fiscalizador do sistema de previdência complementar.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da REDEPREV estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos reguladores e fiscalizadores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's), especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011,e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua

atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões Previdencial, Assistencial, Administrativa e dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Em decorrência da aprovação da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, que dispôs sobre os procedimentos contábeis das EFPC's, a Fundação passou a apresentar em suas demonstrações financeiras a "Demonstração da Mutação do Patrimônio Social".

NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor das EFPC's observado as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

3.1) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções / Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.2) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, elaborados por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

3.3) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2012 e 2011, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

3.4) Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são os seguintes:

I. Renda Fixa

Os investimentos em Renda Fixa estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma "pro rata" até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas. As aplicações em fundos de Renda Fixa estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações financeiras.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas mensalmente em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Renda Variável

As aplicações em fundos de Renda Variável estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações financeiras. As aplicações em ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CNPC n  08, de 31 de Outubro de 2011 e a Instrução MPS/SPC n  34, de 24 de Setembro de 2009.

III. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustados pelo valor das reavaliações efetuadas e deduzida da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação.

IV. Operações com Participantes (Empréstimos Financeiros)

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes e assistidos oriundos de empréstimos financeiros concedidos pela Fundação.

A Fundação não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas prováveis em 2012 na realização das “Operações com Participantes (valores à receber)”, atendendo ao disposto no item 11, Anexo “A”, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

3.5) Imobilizado

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Fundação são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Taxa
Edificações	2%
Imobilizado	
Móveis e Utensílios	10%
Maquinas e Equipamentos	10% - 25%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%
Ventiladores – Refrigeradores de Ar	25%

3.6) Intangível

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a REDEPREV observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada, mensalmente, como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível é independente da existência do resultado do PGA.

3.7) Exigível Operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variação monetários incorridos.

3.8) Provisão de Férias, 13º Salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.9) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado no Ativo Contingencial dos planos.

3.10) Patrimônio Social – Provisões Matemáticas

São determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pela Fundação, e representam os compromissos previdenciais assumidos com os participantes assistidos e beneficiários. As provisões relativas aos benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros dos participantes assistidos, em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas futuras contribuições para os planos estruturados na modalidade de benefício definido, sendo que nos planos de contribuições variáveis não há contribuição dos assistidos.

3.11) Apurações de Resultado

O resultado das operações é registrado pelo regime contábil de competência. Os valores das contribuições das patrocinadoras são estabelecidos anualmente por meio de cálculos atuariais.

3.12) Receitas Administrativas

Atendendo às determinações legais contidas na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas, oriundas do Plano Anual de Custeio da Fundação são transferidas dos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa - PGA.

3.13) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdências.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para custear as despesas com a gestão administrativa nos exercícios de 2012 e de 2011, as Patrocinadoras fizeram uma contribuição mensal equivalente a 1,40% (1,10% em 2011) sobre a suas folhas de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

As despesas comuns foram apropriadas de acordo com às atividades de previdência e de investimentos. Realizado o rateio de acordo com as tarefas desempenhadas pelo quadro de colaboradores, foram registradas 58% para gestão previdencial e 42% para administração dos investimentos. As despesas vinculadas diretamente a gestão previdencial e de investimentos foram registrados integralmente como despesas da gestão previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

As despesas específicas são alocadas diretamente ao plano que originou e as despesas comuns administrativas são custeadas pelas contribuições vertidas ao Plano de Gestão Administrativa – PGA. As despesas comuns de investimento são rateadas pelo número de participantes ativos e assistidos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano, a REDEPREV utiliza o critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos dos Planos de Benefícios.

A Fundação também constitui fundo administrativo próprio, com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa, obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da REDEPREV, em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

NOTA 4 – PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS

4.1 - REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registram os recursos a receber referente às contribuições previdenciais dos participantes, patrocinadoras e autopatrocinados, e contribuições sobre 13º salário, do mês em curso e em atraso, bem como, as contribuições contratadas com patrocinadoras, suportadas por contrato e depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

ITEM	31/12/2012	31/12/2011
GESTÃO PREVIDÊNCIAL	10.492	17.919
1. Recursos a Receber	10.371	17.475
1.1 Contribuições Normais do Mês	1.401	1.738
1.2 Contribuições Normais em Atraso	5	0
1.3 Contribuições Sobre 13.º Salário	342	381
1.4 Contribuições Contratadas (Nota 4.1.1)	8.623	15.356
2. Adiantamentos	15	7
3. Depósitos Judiciais	0	331
4. Outros Realizáveis	106	106

4.1.1 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS – Operações com Patrocinadora

Trata-se de contrato celebrado junto à patrocinadora CEMAT, referente a transações e valores de Serviços Passados Contratados, de exercícios anteriores, em conformidade com a legislação vigente. A seguir, apresentamos a composição consolidadas das Contribuições Contratadas, por Plano de Benefícios:

PATROCINADORA	PLANO DE BENEFÍCIOS	31/12/2012	31/12/2011
Serviços Passados Contratados		8.623	15.356
CEMAT – (b)	Plano CEMAT BDI	2.890	5.147
CEMAT – (b)	Plano CEMAT OP	5.733	10.209
Total das Contribuições Contratadas		8.623	15.356

Em janeiro de 2003 foi celebrado o contrato junto a Patrocinadora no valor de R\$ 23.239 (Vinte e três milhões, duzentos e trinta e nove mil reais), com previsão de pagamento em 132 (cento e trinta e duas) prestações mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente pelo INPC do IBGE e juros reais equivalentes a 6% ao ano. Em junho de 2004, o pagamento das parcelas foi suspenso, retornando a partir de junho de 2006. O prazo final de vencimento é 31 de dezembro de 2013. A seguir apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Anterior	15.356	20.466
(-) Recebimentos	(8.167)	(7.308)
(+) Atualização Monetária e Juros	1.434	2.198
Saldo Final	8.623	15.356
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	12	24

4.1.2 - PROVISÕES PARA PERDAS – Contribuições Previdenciais

A Fundação constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 178 (Cento e setenta e oito mil reais), referente à contribuições previdências patronais do Plano de Benefícios de Risco e Plano CELPA-OP, referente a recuperação judicial da patrocinadora CELPA.

4.2 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

ITEM	31/12/2012	31/12/2011
GESTÃO ADMINISTRATIVA	480	441
1. Contas a Receber	334	280
1.1 Contribuições para Custeio	334	280
2. Adiantamentos	24	17
3. Depósitos Judiciais	104	104
4. Outros Realizáveis	18	39

4.2.1 - PROVISÕES PARA PERDAS – Contribuições para Custeio

A Fundação constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 83 (Oitenta e três mil reais), referente a contribuições para custeio administrativo, referente a recuperação judicial da patrocinadora CELPA.

4.3 - REALIZÁVEL - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

No Programa de Investimentos estão registradas, por segmento, as aplicações dos recursos garantidores dos planos de benefícios da Fundação: ativos de renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários e operações com participantes. Os ativos de renda fixa e rendas variáveis estão precificadas a mercado.

A estrutura da gestão dos investimentos está dividida da seguinte maneira:

- UNIFUNDO – caracterizada por uma gestão compartilhada, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos dos planos de benefícios previdenciários e administrativo. Nesta estrutura são alocados os recursos garantidores nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável.
- MULTIFUNDO – caracterizada por uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios, indicando que os ativos não estão investidos de forma coletiva. Nesta estrutura são alocados os recursos garantidores nas modalidades em Imóveis e Empréstimos Financeiros a Participantes.

A seguir, apresentamos o realizável do Programa de Investimentos, em 31 de dezembro 2012, com o comparativo do exercício anterior:

DESCRIÇÃO	31/12/2012	31/12/2011
INVESTIMENTOS	869.916	794.987
1.1. Títulos Públicos Federais	257.674	234.134
Notas do Tesouro Nacional	257.674	234.134
1.2. Créditos Privados e Depósitos	276.665	379.666
1.2.1 Instituições Financeiras	222.692	282.925
CDB Bic Banco	23.498	30.006
CDB Industrial	11.196	10.233
CDB Sofisa	14.634	12.742
CDB Bva	70	9.657
CDB Pine	0	36.570
CDB Daycoval	0	13.433
CDB Rural	0	25.280
CDB Fibra	0	6.319
DPGE Rural	14.138	12.488
DPGE Sofisa	12.926	10.421
DPGE Modal	15.945	13.128
DPGE Panamericano	19.085	16.220
DPGE Schahin	7.076	5.677
DPGE Prosper	0	10.086
DPGE Mercantil	18.472	14.531
DPGE BMG	14.118	11.870
DPGE BVA	0	9.973
DPGE Dacasa	11.162	12.172
DPGE Tricury	11.078	10.067
DPGE Arbi	7.174	6.500
DPGE Caruana	10.150	0
DPGE Banif	5.055	0
DPGE NBC	6.026	0
DPGE Bco.Bonsucesso	14.045	0

LFS Itaú	6.844	5.552
1.2.2 Companhias Abertas	29.805	50.980
Debêntures Cemig	18.842	17.050
Debêntures Coelce	10.963	15.701
Debêntures Eco Rodovias	0	18.229
1.2.3 Patrocinadora	24.168	45.761
Debêntures Rede Energia(item 4.3.1.2)	24.168	45.761
1.3 Ações	7.791	15.277
1.3.1 Patrocinadora	7.791	15.277
Rede Energia	7.791	15.277
1.4 Fundos de Investimento	256.754	107.611
1.4.1Referenciado	57.350	14.172
Bradesco	51.739	5.378
BNP	5.611	8.794
1.4.2 Renda Fixa	21.971	24.024
Bradesco	4.999	12.601
Itau	0	3.273
Sul América	0	1.793
HSBC	11.151	3.646
BTG Pactual	5.821	2.711
1.4.3 Ações	121.039	41.689
Bradesco	7.059	0
Mellon	104.482	30.761
Goldman Sachs	0	4.944
CSHG Strategy	0	5.984
Pactual	9.498	0
1.4.4 Multimercado	40.505	12.009
Itaú	18.053	6.348
Bradesco	22.452	5.661
1.4.5 Direitos Creditórios	15.889	15.717
Ceee	4.011	4.980
Fornec. Petrobrás	11.878	10.737
2. Investimentos Imobiliários	39.067	31.550
2.1. Imóveis em Construção	219	95
2.2. Aluguéis e Renda	38.848	31.455
3. Operações com Participantes	31.670	26.749
3.1. Empréstimos	31.670	26.749
4. Outros Realizáveis	295	0

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira da Fundação foram classificados na categoria “Títulos para Negociação” e os mesmos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício, conforme as Resoluções nº. 04, de 30 de janeiro de 2002, nº. 08 de junho de 2002, e nº. 22, de 25 de fevereiro de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e em consonância com as normas do Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2012		31/12/2011	
DESCRIÇÃO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Títulos Públicos Federais	127.064	257.674	147.069	234.134
NTN	127.064	257.674	147.069	234.134
Créditos Privados e Depósitos	263.191	276.665	337.859	379.666
CDB Bic Banco	21.684	23.497	26.667	30.006
CDB Industrial	10.900	11.196	9.822	10.233
CDB Sofisa	10.000	14.634	10.000	12.742
CDB BVA	10.000	70	10.000	9.657
CDB Pine	0	0	30.000	36.570
CDB Daycoval	0	0	10.000	13.433
CDB Rural	0	0	24.531	25.280
CDB Fibra	0	0	5.000	6.319
DPGE Rural	12.000	14.138	12.000	12.488
DPGE Sofisa	9.040	12.926	9.040	10.421
DPGE Modal	10.000	15.945	10.000	13.128
DPGE Panamericano	14.000	19.085	14.000	16.220
DPGE Schahin	5.000	7.076	5.000	5.677
DPGE Prosper	0	0	9.000	10.086
DPGE Mercantil	13.099	18.473	13.099	14.531
DPGE BMG	11.000	14.118	11.000	11.870
DPGE BVA	0	0	10.000	9.973
DPGE Dacasa	10.000	11.162	12.000	12.172
DPGE Tricury	10.000	11.078	10.000	10.067
DPGE Arbi	6.500	7.174	6.500	6.500
DPGE Caruana	10.000	10.150	0	0
DPGE Banif	5.000	5.055	0	0
DPGE NBC	6.000	6.026	0	0
DPGE Bonsucesso	14.000	14.045	0	0
LFS Itau	5.000	6.844	5.000	5.552
Debêntures Cemig	11.706	18.842	11.706	17.050
Debêntures Coelce	13.262	10.963	13.262	15.701
DebênturesEco Rodovias	0	0	15.232	18.229
Debêntures Rede Energia	45.000	24.168	45.000	45.761
	390.255	534.339	484.928	613.800

Independente da classificação adotada, a Fundação procura respeitar, para os casos que tem esse compromisso, os seus prazos previstos e negociados, quando da aplicação dos recursos. A seguir, apresentamos a composição das aplicações dos títulos e valores mobiliários, do Programa de Investimentos segregados em curto prazo (vencimento até 12 meses) e longo prazo (vencimento após 12 meses):

• Exercício de 2012

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.1. Títulos Públicos Federais	0	257.674	257.674
Notas do Tesouro Nacional	0	257.674	257.674
1.2. Créditos Privados e Depósitos	77.126	199.539	276.665
1.2.1 Instituições Financeiras	77.126	145.566	222.692
CDB Bic Banco	23.497	0	23.497
CDB Industrial	11.196	0	11.196
CDB Sofisa	14.634	0	14.634
CDB BVA	0	70	70
DPGE Rural	8.714	5.424	14.138
DPGE Sofisa	0	12.926	12.926
DPGE Modal	0	15.945	15.945
DPGE Panamericano	19.085	0	19.085
DPGE Schahin	0	7.076	7.076
DPGE Mercantil	0	18.473	18.473
DPGE BMG	0	14.118	14.118
DPGE Dacasa	0	11.162	11.162
DPGE Tricury	0	11.078	11.078
DPGE Arbi	0	7.174	7.174
DPGE Caruana	0	10.150	10.150
DPGE Banif	0	5.055	5.055
DPGE NBC	0	6.026	6.026
DPGE Bco.Bonsucesso	0	14.045	14.045
LFS Itaú	0	6.844	6.844
1.2.2 Companhias Abertas	0	29.805	29.805
Debêntures Cemig	0	18.842	18.842
Debêntures Coelce	0	10.963	10.963
1.2.3 Patrocinadora	0	24.168	24.168
Debêntures Rede Energia	0	24.168	24.168
1.3 Ações	7.791	0	7.791
1.3.1 Patrocinadora	7.791	0	7.791
Rede Energia	7.791	0	7.791
1.4 Fundos de Investimento	256.754	0	256.754
1.4.1 Referenciado	57.350	0	57.350
Bradesco	51.739	0	51.739
BNP	5.611	0	5.611
1.4.2 Renda Fixa	21.971	0	21.971
Bradesco	4.999	0	4.999
HSBC	11.151	0	11.151
BTG Pactual	5.821	0	5.821
1.4.3 Ações	121.039	0	121.039
Bradesco	7.059	0	7.059

Pactual	9.498	0	9.498
Mellon	104.482	0	104.482
1.4.4 Multimercado	40.505	0	40.505
Itaú	18.053	0	18.053
Bradesco	22.452	0	22.452
1.4.5 Direitos Creditórios	15.889	0	15.889
Ceee	4.011	0	4.011
Fornec.Petrobrás	11.878	0	11.878

- Exercício de 2011

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.1. Títulos Públicos Federais	0	234.134	234.134
Notas do Tesouro Nacional	0	234.134	234.134
1.2. Créditos Privados e Depósitos	123.883	255.783	379.666
1.2.1 Instituições Financeiras	123.883	159.042	282.925
CDB Bic Banco	30.006	0	30.006
CDB Industrial	10.233	0	10.233
CDB Sofisa	0	12.742	12.742
CDB BVA	0	9.657	9.657
CDB Pine	36.570	0	36.570
CDB Daycoval	13.433	0	13.433
CDB Rural	25.280	0	25.280
CDB Fibra	6.319	0	6.319
DPGE Rural	0	12.488	12.488
DPGE Sofisa	0	10.421	10.421
DPGE Modal	0	13.128	13.128
DPGE Panamericano	0	16.220	16.220
DPGE Schahin	0	5.677	5.677
DPGE Prosper	0	10.086	10.086
DPGE Mercantil	0	14.531	14.531
DPGE BMG	0	11.870	11.870
DPGE BVA	0	9.973	9.973
DPGE Dacasa	2.042	10.130	12.172
DPGE Tricury	0	10.067	10.067
DPGE Arbi	0	6.500	6.500
LFS Itau	0	5.552	5.552
1.2.2 Companhias Abertas	0	50.980	50.980
Debêntures Cemig	0	17.050	17.050
Debêntures Coelce	0	15.701	15.701
Debêntures Eco Rodovias	0	18.229	18.229
1.2.3 Patrocinadora	0	45.761	45.761
Debêntures Rede Energia	0	45.761	45.761
1.3 Ações	15.277	0	15.277

1.3.1 Patrocinadora	15.277	0	15.277
Rede Energia	15.277	0	15.277
1.4 Fundos de Investimento	107.611	0	107.611
1.4.1 Referenciado	14.172	0	14.172
Bradesco	5.378	0	5.378
BNP	8.794	0	8.794
1.4.2 Renda Fixa	24.024	0	24.024
Bradesco	12.601	0	12.601
Itaú	3.273	0	3.273
Sul América	1.793	0	1.793
HSBC	3.646	0	3.646
BTG Pactual	2.711	0	2.711
1.4.3 Ações	41.689	0	41.689
Mellon	30.761	0	30.761
Goldman Sachs	4.944	0	4.944
CSHG Strategy	5.984	0	5.984
1.4.4 Multimercado	12.009	0	12.009
Itau	6.348	0	6.348
Bradesco	5.661	0	5.661
1.4.5 Direitos Creditórios	15.717	0	15.717
Ceee	4.980	0	4.980
Fornec.Petrobrás	10.737	0	10.737

4.3.1.1 – PROVISÕES PARA PERDAS

a) BANCO SANTOS S/A.

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB emitida pelo Banco Santos S/A. no valor R\$ 10.352 (Dez milhões, trezentos e cinquenta e dois mil reais) (Posição 12/11/2004). Este Banco em 12 de novembro de 2004 sofreu intervenção do Banco Central.

Tendo o Banco Central do Brasil decretado a liquidação extrajudicial da instituição financeira, a REDEPREV, com base nas Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, provisionou, à época, como Liquidação Duvidosa no seu resultado o valor de R\$ 13.019 (Treze milhões, dezenove mil reais) que equivale a 100% do total desta operação.

Em 02 de julho de 2010 a administração da massa falida do Banco Santos S/A, efetuou o pagamento do primeiro rateio dos créditos quirografários à REDEPREV no valor de R\$ 1.135 (Um milhão, cento e trinta e cinco mil reais), e, em 5 de janeiro de 2011, efetuou o pagamento do segundo rateio no valor de R\$ 2.044 (Dois milhões e quarenta e quatro mil reais) reduzindo assim a provisão inicial da rubrica Liquidação Duvidosa para R\$ 9.840 (Nove milhões, oitocentos e quarenta mil reais) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 644424.5-0) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco Santos S/A., massa falida, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 (Vinte mil reais) até atingir o valor total do investimento, considerando-o como aplicador individual.

b) BANCO BVA S/A.

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos, na data da intervenção no Banco BVA S/A., decretada pelo Banco Central, uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB no valor R\$ 11.002 (Onze milhões e dois mil reais). A intervenção ocorreu em 19 de outubro de 2012 e a REDEPREV de acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de

2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, provisionou como Liquidação Duvidosa no seu resultado do exercício corrente, o valor de R\$ 10.932 (Dez Milhões, Novecentos e Trinta e Dois Mil Reais), restando apenas o valor de R\$ 70 (Setenta mil reais) que se refere a garantia proporcionada pelo Fundo Garantidor de Crédito -FGC.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 0012945-59) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco BVA, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 (Vinte mil reais) até atingir o valor total do investimento, considerando-o como aplicador individual.

4.3.1.2– DEBÊNTURES REDE ENERGIA

No mês de Junho de 2012, o Comitê de Precificação do Itaú Unibanco S/A (custodiante da REDEPREV) efetuou provisão de perda de 50% para o ativo “Rede Energia Debêntures Simples da 4ª Emissão”, devido a desvalorização de aproximadamente 51% do *Bond* perpétuo da Rede Energia e o **downgrade** da agência de ratings Fitch, para a Rede Energia S.A classificando o emissor como “RD” (risco de *default*) devido à reestruturação da dívida de debêntures, que seriam pagas em 2014 passando para 2016.

A Fundação contabilizou a perda de 50% do referido ativo, tendo o Conselho Deliberativo da entidade aprovado a reversão parcial dos Fundos Previdenciais de Saldo por Exigência Regulamentar, registrados nos Planos OP's, para valorização das cotas patrimoniais no mês de junho/12, de acordo com o art. 64 dos Regulamentos dos Planos Celpa-OP, Cemat-OP e Elétricas-OP, com o objetivo de não causar prejuízos aos participantes (Observar item 4.9.2.1).

4.3.2 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

a) Edificações para Renda - Locadas a Patrocinadora.

São registradas pelo custo de aquisição, e estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente pela Unidade Fiscal de Referência – UFIR, até 31 de dezembro de 1995 e ajustados por reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada do bem. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Bragança Paulista – SP	5.326	5.407
Terreno	1.770	1.770
Edificações	3.556	3.637
São Paulo – SP Conjunto nº. 101	1.963	1.172
Terreno	1.265	446
Edificações	698	726
São Paulo – SP Conjunto nº. 111	1.798	1.054
Terreno	1.100	265
Edificações	698	789
São Paulo – SP Conjunto nº. 112	1.798	1.054
Terreno	1.100	265
Edificações	698	789
São Paulo – SP Conjunto nº. 121	1.798	1.063
Terreno	840	400
Edificações	958	663
São Paulo – SP Conjunto nº. 122	1.798	796
Terreno	840	300
Edificações	958	496
São Paulo – SP Conjunto nº. 131	2.148	1.284
Terreno	1.450	531
Edificações	698	753

São Paulo – SP Conjunto nº. 132	2.048	1.228
Terreno	1.350	488
Edificações	698	740
São Paulo – SP Conjunto nº. 141	1.878	884
Terreno	1.180	320
Edificações	698	564
São Paulo – SP Conjunto nº. 142	1.963	889
Terreno	1.265	338
Edificações	698	551
Araguaína – TO	2.374	2.397
Terreno	1.390	1.390
Edificações	984	1.007
Belém – PA	13.561	13.690
Terreno	4.190	4.190
Edificações	9.371	9.500
Valores a Receber	395	537
Imóveis em Construção	219	95
TOTAL	39.067	31.550

a.1) Reavaliação de Imóveis

Os imóveis situados na Avenida Paulista, 2.439 – Cerqueira Cesar – São Paulo - SP, foram reavaliados em Novembro de 2012, pela empresa Elo Engenharia e Arquitetura e Construções Ltda – ME

Descrição do Imóvel	Terreno	Edificações	Total
São Paulo – SP Conjunto nº 101	1.265	698	1.963
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			814
São Paulo – SP Conjunto nº 111	1.100	698	1.798
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			769
São Paulo – SP Conjunto nº 112	1.100	698	1.798
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			769
São Paulo – SP Conjunto nº 121	840	958	1.798
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			756
São Paulo – SP Conjunto nº 122	840	958	1.798
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			1.020
São Paulo – SP Conjunto nº 131	1.450	698	2.148
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			888
São Paulo – SP Conjunto nº 132	1.350	698	2.048
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			844
São Paulo – SP Conjunto nº 141	1.180	698	1.878

Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			1.013
São Paulo – SP Conjunto nº 142	1.265	698	1.963
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			1.092
Total Geral do Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			7.965

a.2)Vendas de Imóveis

Conforme deliberado na Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada em 18 de dezembro de 2012, foi autorizado a iniciar o processo de venda dos imóveis localizados na Avenida Paulista, nº 2.439, conjuntos 101, 111, 112, 121, 122, 131, 132, 141 e 142, tendo como referência o valor de R\$ 12 (Doze mil reais), o metro quadrado.

b) Imóveis em Construção

Refere-se à reforma do andar térreo e fachada do Edifício Eloy Chaves nº 2.439 em São Paulo/SP (Conjs. 101, 111, 112, 121, 122, 131, 132, 141 e 142).

4.3.2.1 –PROVISÕES PARA PERDAS – ALUGUEIS

A Fundação constituiu no exercício, provisões para créditos de liquidação duvidosa no segmento de Imóveis para Renda, conforme segue abaixo:

- Imóveis Locados a Patrocinadora – constituído no valor de R\$ 214 (Duzentos e quatorze mil reais), devido a Recuperação Judicial da patrocinadora CELPA;
- Imóveis Locados à Terceiros – constituído no valor de R\$ 191 (Cento e noventa e um mil reais), referente a valores devidos pelo Colégio Impacto S/C.

4.3.3- Operações com Participantes (Empréstimos Financeiros)

São registrados nesta conta os valores dos empréstimos concedidos com recursos dos planos de benefícios, aos seus participantes e assistidos, a saber: ativos, aposentados, pensionistas e autopatrocinados da Fundação. Para usufruir desta modalidade de investimento os participantes e assistidos deverão atender as condições estabelecidas na Norma de Empréstimo aprovada pela Diretoria Executiva.

4.4 – ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente é composto pelos grupos “Imobilizado” e “Intangível”, onde estão registrados os bens duráveis adquiridos ao longo dos anos e registrados nesta conta pelo valor de aquisição e/ou reavaliação, deduzidos da depreciação/amortização, segundo método linear. A seguir, apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Descrição	Taxa	Valor de Aquisição	Depreciação Acumulada	31/12/2012	31/12/2011
Imobilizado		1.884	(312)	1.572	786
Terrenos		1.200	0	1.200	445
Edificações	2%	220	(7)	213	169
Móveis e Utensílios	10%	154	(94)	60	74
Maquinas e Equipamentos	10% -25%	44	(35)	9	15
Veículos	20%	36	(18)	18	25
Computadores e Periféricos	20%	183	(127)	56	39
Condicionador de Ar	25%	35	(31)	4	7
Outros		12	0	12	12
Intangível		343	(223)	120	173
Software	20%	343	(223)	120	173
PERMANENTE		2.227	(535)	1.692	959

A Fundação possui 1(um) imóvel situado na Rua Dom Alberto Galdêncio Ramos, 64, Nazaré – Belém/PA, o qual foi adquirido com recursos do Fundo Administrativo e em novembro de 2012, o mesmo foi reavaliado pela empresa Elo Engenharia e Arquitetura e Construções Ltda – ME.

Descrição do Imóvel	Terreno	Edificações	Total
Belém – Para	1.200	213	1.413
Resultado da Reavaliação contabilizado no Resultado			806

4.5 – EXIGIVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

São registradas nesta conta, as obrigações a pagar relativas aos benefícios devidos aos participantes, assistidos, autopatrocinados, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

ITEM	31/12/2012	31/12/2011
GESTÃO PREVIDENCIAL	3.133	2.236
1.1 Benefícios à Pagar	2.669	2.012
1.2 Retenções à Recolher	414	183
1.3 Contribuições Contratadas	0	0
1.4 Outras Exigibilidades	50	41

4.6 – EXIGIVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

São registradas nesta conta, as obrigações a pagar relativas a fornecedores, pessoal, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

ITEM	31/12/2012	31/12/2011
GESTÃO ADMINISTRATIVA	528	299
1.1 Contas a Pagar	436	256
1.2 Retenções a Recolher	91	42
1.3 Outras Exigibilidades	1	1

4.7 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROCESSOS JUDICIAIS

A Fundação responde por processos judiciais de natureza previdenciária, relativos a pedidos de ex-participantes, para que lhes sejam pagas diferenças decorrentes de expurgos de índices de inflação, provocados por diversos planos econômicos editados pelo governo federal, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança, por ocasião dos respectivos desligamentos.

A provisão para as eventuais perdas, decorrentes desses processos, foi estimada e atualizada pela administração, amparada pela opinião dos seus consultores jurídicos externos, totalizando em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 1.000 (Um milhão de reais), e, em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 869 (Oitocentos e sessenta e nove mil reais). A referida provisão contempla a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destes processos.

A Fundação responde também por outros processos de revisão de benefícios, provisionados no valor de R\$ 213 (Duzentos e trezentos reais) em 31 de dezembro de 2012, e, totalizando em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 471 (Quatrocentos e

setenta e um mil reais).

4.8 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, todos os Planos de Benefícios Previdenciais foram objeto de avaliação atuarial e cálculo das suas provisões matemáticas, sendo que as mesmas foram constituídas com base em Nota Técnica Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda. – ETAA. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

DESCRIÇÃO	31/12/2012	31/12/2011
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	444.546	410.933
BENEFÍCIOS A CONCEDER	285.420	273.093
Contribuição Definida	262.390	251.916
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização.	23.030	21.177
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	23.030	21.177
PROVISÕES MATEMÁTICAS	729.966	684.026

- Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder- são atualizadas mensalmente pelas informações cadastrais da massa de participantes ativos e assistidos, que foi reavaliada no encerramento do exercício de 2012, com dados cadastrais de dezembro de 2012.

4.9 – EQUILÍBRIO TÉCNICO E FUNDOS

A seguir apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

DESCRIÇÃO	31/12/2012	31/12/2011
EQUILÍBRIO TÉCNICO – Superávit Técnico Acumulado	63.198	50.663
Reserva de Contingência	43.634	41.379
Reserva Especial para Revisão do Plano	19.564	9.284
FUNDOS	85.140	76.266
Fundos Previdenciais	81.701	74.220
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	13.283	21.902
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	68.418	52.318
Fundo Administrativo	3.243	1.934
Fundo de Investimentos	196	112

4.9.1 - Superávit Técnico Acumulado

O Superávit Técnico acumulado é composto pelo valor da Reserva de Contingência, constituída pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% do valor das reservas matemáticas, e pelo valor da Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios, no que exceder o limite de 25% da Reserva de Contingência.

4.9.2 - Fundos Previdenciais

Correspondem aos seguintes fundos:

- Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar - Conforme Artigo 64 dos Regulamentos dos Planos OP's, os saldos remanescentes nas contas dos Fundos D, em razão de cancelamento de inscrição do Participante Contribuinte, serão

utilizados para à constituição de um Fundo Previdenciário para prioritariamente, cobrir eventuais insuficiências de reservas técnicas ou outro fim que não contrarie a legislação vigente, na forma definida pelo Conselho Deliberativo.

- b) Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial (Fundo para Cobertura de Oscilação de Risco) – é constituído pela diferença positiva entre as receitas e despesas do Programa Previdencial e sob a responsabilidade do atuário.

4.9.2.1 – Reversão Fundo Previdenciário

No mês de Junho de 2012, foi revertido o valor de R\$ 12.047 (Doze milhões, quarenta e sete mil reais) do Fundo - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo D), para valorização das quotas patrimoniais dos planos OP's da REDEPREV, autorizado pelo Conselho Deliberativo da Fundação, devido a desvalorização de aproximadamente 51% do *Bond* perpétuo da Rede Energia e o *downgrade* da agência de ratings Fitch, para a Rede Energia S.A classificando o emissor como "RD" (risco de *default*) devido à reestruturação da dívida de debêntures, que seriam pagas em 2014 passando para 2016, conforme comentado na nota explicativa nº "4.3.1.2 Debêntures".

4.9.3 – Fundo Administrativo

Constituído mensalmente pelo resultado apurado entre as receitas e despesas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos administrativos realizados no mercado financeiro.

Para custear as despesas com a gestão administrativa no exercício de 2012, as Patrocinadoras tiveram que fazer uma contribuição mensal equivalente a 1,40% (1,10% em 2011) sobre suas folhas de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

4.9.4 – Fundo de Investimentos

Constituído com os recursos de cobertura de riscos da carteira de empréstimo pelos participantes, assistidos e autopatrocinados, oriundos com a taxa de 0,5% sobre os empréstimos concedidos.

NOTA 5 – FUNDO PREVIDENCIAL X CUSTEIO PLANO R (RISCO)

Através da Avaliação Atuarial que determina as necessidades financeiras dos Planos de Benefícios, foi determinada no Plano Anual de Custeio, acobrança dataxa de contribuição mensal de 1,85% sobre a folha de salários das patrocinadoras para o Plano de Benefícios-R, referente ao período de 01/05/2012 a 30/04/2013.

O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos deste plano decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, não consumidas pelos riscos decorridos ou pela formação de Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

O Fundo de Oscilação de Riscos, é composto pelo saldo existente em 31/12/2011, pelas contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, pelas concessões de benefícios de invalidez e/ou morte do Participante, pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituída para a garantia do benefício de Suplementação da Aposentadoria por Invalidez e/ou da Suplementação da Pensão por Morte, pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença, e, pelo Pecúlio por Morte, resultando em um saldo em 31/12/2012 no valor de R\$ 5.548 (Cinco Milhões, Quinhentos e Quarenta e Oito Mil Reais).

O Fundo de Oscilação de Riscos tem por finalidade específica suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos por morte e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido na atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumentos na sobrevivência dos Assistidos e Pensionistas. A sua constituição está prevista no Regulamento do plano e na Nota Técnica Atuarial.

NOTA 6 – APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

Refere-se à eliminação dos ajustes decorrentes da Participação do Fundo Administrativo nos planos providenciais, Valores à Pagar e a Receber entre planos. A consolidação é efetuada utilizando-se o balancete auxiliar conforme composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2012:

PLANOS	ATIVO	PASSIVO
ELÉTRICAS BDI	78.576	78.576
ELÉTRICAS OP	148.912	148.912
CELPA BDI	153.646	153.646
CELPA BDII	76.101	76.101
CELPA OP	146.241	146.241
CEMAT BDI	49.463	49.463
CEMAT OP	185.635	185.635
PL. RISCO	44.418	44.418
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	3.924	3.924
DEMONSTRATIVO AUXILIAR (OP. COMUNS)	(3.603)	(3.603)
CONSOLIDADO	883.313	883.313

NOTA 7 – OUTRAS INFORMAÇÕES

7.1 – AGENTE CUSTODIANTE

A Fundação tem como Agente Custodiantecontratado o Banco Itaú Unibanco S/A , agente custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável, conforme determina o art. 14 e art. 15 da Resolução nº 3.792 de Setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional.

NOTA 8 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A Resolução nº 09, de 29 de Novembro de 2012, alterou a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, no qual, estabelece a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuarias do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios, é de:

I - 6,0% ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2012;

II - 5,75% ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2013;

III - 5,5% ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2014;

IV - 5,25% ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2015;

V - 5,0% ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2016;

VI - 4,75% ao ano ou sua equivalência mensal, na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2017; e

VII - 4,5% ao ano ou sua equivalência mensal, nas avaliações atuariais relativas aos exercícios de 2018 e seguintes.

Os cálculos atuariais foram considerados com a taxa real anual de juros de 5,5% ao ano, utilizadas no cálculo do valor atual dos benefícios futuro, já para o ano de 2013, aplicados nos planos de benefícios Elétricas BDI, Elétricas OP, Celpa BDI, Celpa BDII, Celpa OP, Cemat BDI, Cemat OP.

O Plano de Benefícios de Risco adequou-se a taxa de juros de 6,0% para 5,75% ao ano, conforme previsto na legislação vigente.

A Entidade promoverá estudos técnicos para comprovar a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios, que ficarão disponíveis para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

* * *

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF Nº. 060.121.322-04

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores, Conselheiros,
Participantes e Patrocinadores da
Redeprev – Fundação da Rede de Previdência
Bragança Paulista – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Redeprev – Fundação da Rede de Previdência (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Redeprev – Fundação da Rede de Previdência, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Fundação. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Redeprev – Fundação da Rede de Previdência e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado 12 de março de 2012, não contendo nenhuma modificação.

Continuidade dos patrocinadores

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Fundação, considerando a sua característica de administradora de planos de benefício. Conforme descrito nas notas explicativas no. 1.3, a Elucid Solutions S.A. protocolou em 28 de maio de 2012, carta solicitando a retirada de patrocínio e cancelando os Termos de Adesão aos Planos de Benefícios: Elétricas BDI, Elétricas OP e Plano de Benefícios de Risco, a partir de 31 de maio de 2012. A referida solicitação foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação e atualmente o processo de retirada se encontra na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aguardando a homologação por parte daquele órgão. Além disso, conforme descrito nas notas explicativas no. 1.1 e 1.2, oito patrocinadoras da Fundação estão sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, desde agosto de 2012. Em dezembro de 2012, a empresa holding “REDE Energia S.A”, que também é patrocinadora da Fundação, apresentou pedido de recuperação judicial. A outra patrocinadora, Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, que está em processo de Recuperação Judicial já deferido pela justiça do Pará, em 29 de fevereiro de 2012, teve seu controle acionário adquirido/assumido pela Equatorial Energia S.A., cujo plano de transição já foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Fundação que é credora da CELPA protocolou em 23 de março de 2012, o processo de reconhecimento dos créditos devidos pela patrocinadora, referente às contribuições e aluguéis do mês de fevereiro de 2012, no montante de R\$ 475 mil, no entanto, tais valores estão provisionados como perda, em 31 de dezembro de 2012, conforme legislação vigente. Em virtude das incertezas relacionadas a esses temas, não é possível determinar quais os reflexos que esses assuntos poderão trazer sobre a Fundação. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Debêntures e ações da Rede Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2012, a Fundação possui aplicações/investimentos em debêntures e ações da Rede Energia S.A. (empresa holding das patrocinadoras da Fundação), no montante de R\$ 31.959 mil, sendo que os mesmos, conforme legislação vigente e determinação da administração da Fundação foram classificados na categoria "Títulos para Negociação" e, portanto, são precificados a mercado. Conforme descrito na nota explicativa 4.3.1.2, o Comitê de Precificação do Agente Custodiante efetuou provisão de perda, no mês de junho de 2012, de 50% para o ativo "Rede Energia Debêntures Simples da 4ª Emissão", devido a desvalorização de aproximadamente 51% do *Bond* perpétuo da Rede Energia e o *downgrade* da agência de ratings Fitch, para a Rede Energia S.A., classificando o emissor como "RD" (risco de *default*) devido à reestruturação da dívida de debêntures. Os valores das ações estão de acordo com o preço médio das ações da última em que houve negociação na Bolsa de Valores. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas e regulamentos aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e não contemplam eventuais ajustes que possam ocorrer devidos às futuras renegociações desses ativos.

Taxas máximas real de juros

Conforme descrito na nota explicativa 8, e em decorrência do atual cenário econômico do Brasil, em especial a redução das taxas de juros, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CNPC, por meio da Resolução nº 9, de 29 de novembro de 2012 estabeleceu a redução gradual e escalonada de 0,25% ao ano, até o exercício de 2018, da taxa máxima de juros permitida nas projeções atuariais. Dessa forma, a taxa máxima de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios, que no exercício de 2012 é de 6% a.a. passará a ser 4,50% a partir de 2018. A Fundação desde o exercício de 2011 já utiliza a taxa de juros de 5,5% a.a., para os planos de benefícios Elétricas BDI, Elétricas OP, CELPA BDI, CELPA BDII, CELPA OP, CEMAT BDI e CEMAT OP, e para o plano de benefício de Risco, a Fundação adequou-se a taxa de 5,75% a.a. para o exercício de 2013, conforme determinado pela legislação.

Santo André, 13 de março de 2013.

SAX SLAVIC AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC 2SP 024845/O-2



Alexandre Ralf Slavic
Sócio-diretor
CRC 1SP207032/O-5